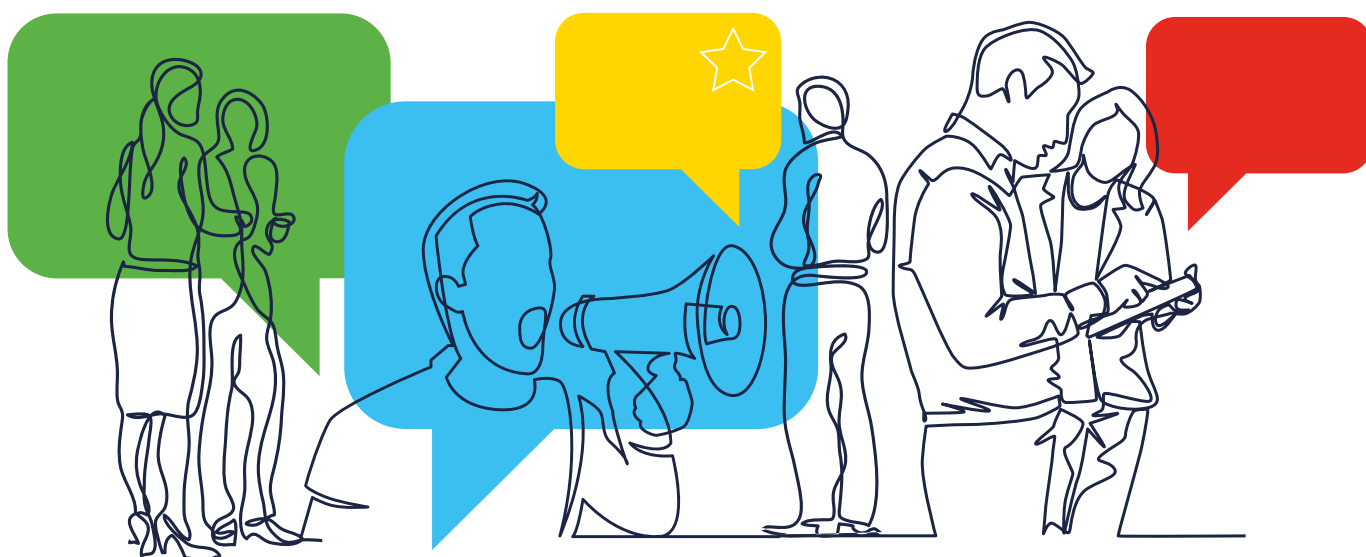


EXEMPLO DE UMA INICIATIVA BEM SUCEDIDA



FÓRUM DA INICIATIVA DE CIDADANIA EUROPEIA

INICIATIVA «PROIBIÇÃO DO GLIFOSATO»



APRENDER – DEBATER - ENTRAR EM CONTACTO –
ACONSELHAMENTO

| ÍNDICE

INICIATIVA «PROIBIÇÃO DO GLIFOSATO»	3
A campanha da iniciativa «Proibição do glifosato»	4
Impacto da campanha da iniciativa «Proibição do glifosato»	7

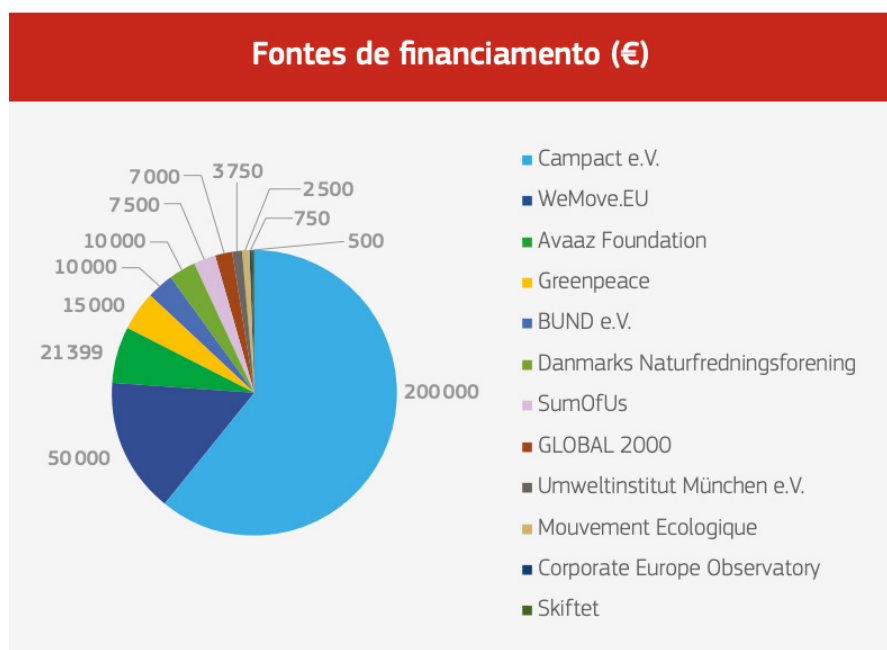


1

INICIATIVA «PROIBIÇÃO DO GLIFOSATO»

A iniciativa «Proibição do glifosato» (designação completa: «Proibição do glifosato e proteção das pessoas e do ambiente contra pesticidas tóxicos»), que foi registada em 25 de janeiro de 2017, tinha três objetivos concretos: proibir o glifosato, reformar o procedimento de aprovação de pesticidas e estabelecer metas obrigatórias em toda a UE para a redução da utilização de pesticidas.

O objetivo último desta iniciativa era garantir um futuro sem pesticidas, principalmente sem herbicidas à base de glifosato, já que, segundo os organizadores, a exposição a este tipo de produtos está associada ao cancro nos seres humanos e à degradação dos ecossistemas.



Os organizadores conseguiram angariar 328 399 euros de várias fontes, como a Campact, a WeMove.EU ou o Greenpeace, o que faz desta iniciativa a mais bem-sucedida de sempre no que diz respeito ao financiamento.

A Comissão decidiu não proibir o glifosato, mas comprometeu-se a tomar as medidas descritas mais à frente.



Fatores de sucesso:

- Milhões de europeus dispostos a assinar desde o primeiro dia
- O facto de não ser necessário criar uma coligação, mas apenas mobilizar uma coligação já existente
- Uma base de financiamento sólida

2

A campanha da iniciativa «Proibição do glifosato»

Preparação

Os parceiros da iniciativa já tinham colaborado na elaboração de uma petição à Comissão Europeia em 2015, com a qual tinham sensibilizado a opinião pública para a questão do glifosato, pelo que encararam «a iniciativa de cidadania europeia como a etapa seguinte» e um prolongamento natural dos seus objetivos.

No entanto, «era difícil para uma coligação tão grande chegar a acordo sobre o modo como a iniciativa deveria ser concebida». Alguns parceiros centraram-se na ligação entre o glifosato e o cancro, outros na proteção da biodiversidade e outros, ainda, no poder das grandes empresas. Foi necessário trabalhar arduamente para garantir que a iniciativa tinha em conta e representava todos estes interesses.

Foi criado um núcleo responsável pela tomada de decisões (o «núcleo organizador») e dez representantes das principais organizações envolvidas passaram a reunir-se semanalmente para tratar de questões como a afetação dos fundos, a estratégia de comunicação, o registo, a redação da iniciativa e do seu anexo, etc.

O coordenador da iniciativa redigiu uma primeira versão, que foi transmitida aos restantes parceiros para comentários. Em seguida, os parceiros reuniram-se e passaram em revista as sugestões integrando-as no documento, que conheceu várias versões. O mesmo processo foi seguido para o anexo.

O «ciclo de organização» começou a organizar a campanha cerca de seis meses antes do início da recolha de assinaturas. A partir dessa data, procuraram desenvolver a estratégia, os recursos e as capacidades. É importante referir que este grupo já tinha colaborado noutras campanhas anteriores, pelo que levou menos tempo a formar alianças do que foi o caso da maioria das outras iniciativas de cidadania europeia. No entanto, os organizadores salientam que não basta confiar exclusivamente na rede de contactos existente.



| Execução

Os organizadores afirmaram que «o correio eletrónico foi o meio de comunicação mais importante da campanha». Uma vez que a campanha se baseou numa organização em linha multifacetada, este meio foi utilizado para manter um contacto regular com os membros. Os parceiros dos organizadores desenvolveram uma estratégia semelhante. Embora os organizadores não se tenham concentrado em dialogar com os «meios de comunicação tradicionais», «incentivaram os parceiros a partilhar conteúdos nas redes sociais». No entanto, o correio eletrónico continuou a ser o principal instrumento de campanha.

Os organizadores não fizeram campanhas remuneradas nas redes sociais. No entanto, reconhecem que hoje em dia estas ferramentas são mais importantes. A eficácia da publicidade no Facebook varia entre os vários Estados-Membros. Nos países onde a recolha de assinaturas é mais simples (por exemplo, onde não é exigida a identificação eletrónica), é mais provável que um anúncio público se transforme efetivamente numa declaração de apoio oficial. A publicidade no Facebook também ajuda a compreender melhor a origem das declarações de apoio.

Os organizadores elaboraram uma lista de organizações nacionais que estariam dispostas a participar na campanha e «convenceram-nas individualmente a permitir a recolha de assinaturas nos respetivos sítios Web» através de um formulário incorporado no respetivo sítio Web. Os contactos com estas organizações foram mantidos de forma regular.

É de frisar que um levantamento das partes interessadas em toda a Europa foi muito importante na fase inicial da campanha. É importante estar ciente de que as assinaturas de um país específico podem ser fundamentais e que a criação de uma rede de organizações e influências é crucial. Este aspeto foi extremamente importante para o êxito da campanha: não só depender dos seus parceiros, mas também colmatar as lacunas da rede identificadas no início.

Os organizadores afirmam igualmente que «é importante que a campanha tenha um sítio Web que tenha sido otimizado para os motores de pesquisa». Com efeito, o sítio Web foi um dos locais mais

comuns onde as pessoas apoiaram a campanha (8% a 9 % das assinaturas). É fundamental que o sítio Web de uma campanha esteja em várias línguas para se chegar a um grande número de pessoas na sua própria língua.

Os organizadores também redigiram comunicados de imprensa em inglês e convidaram as organizações parceiras a traduzi-los para as línguas oficiais dos respetivos países e a incluir informações e os dados de contacto dos organizadores locais.

Foram contratados especialistas para organizar as campanhas nacionais em três países (Espanha, Itália e França), onde a WeMove.EU, a organização responsável pela coordenação global da iniciativa, tinha ativistas de primeira linha. Os organizadores também estenderam as suas atividades a outros países da UE onde não contavam com uma estrutura própria. Mais especificamente, a WeMove.EU organizou, juntamente com a Campact e a GLOBAL2000, um dia de «recolha de assinaturas em papel». Num único fim de semana, graças ao envio de 5000 kits de recolha de assinaturas a apoiantes em toda a Europa, angariaram cerca de 100 000 assinaturas.



Recolha de assinaturas

No que respeita à recolha por via eletrónica, os organizadores utilizaram o OpenECI, um software de recolha eletrónica utilizado anteriormente no âmbito de outras iniciativas. O referido software não só fornecia o formulário de apoio, como permitiu recolher diretamente os dados de contacto dos apoiantes e incorporar o formulário de recolha de assinaturas em qualquer sítio web.

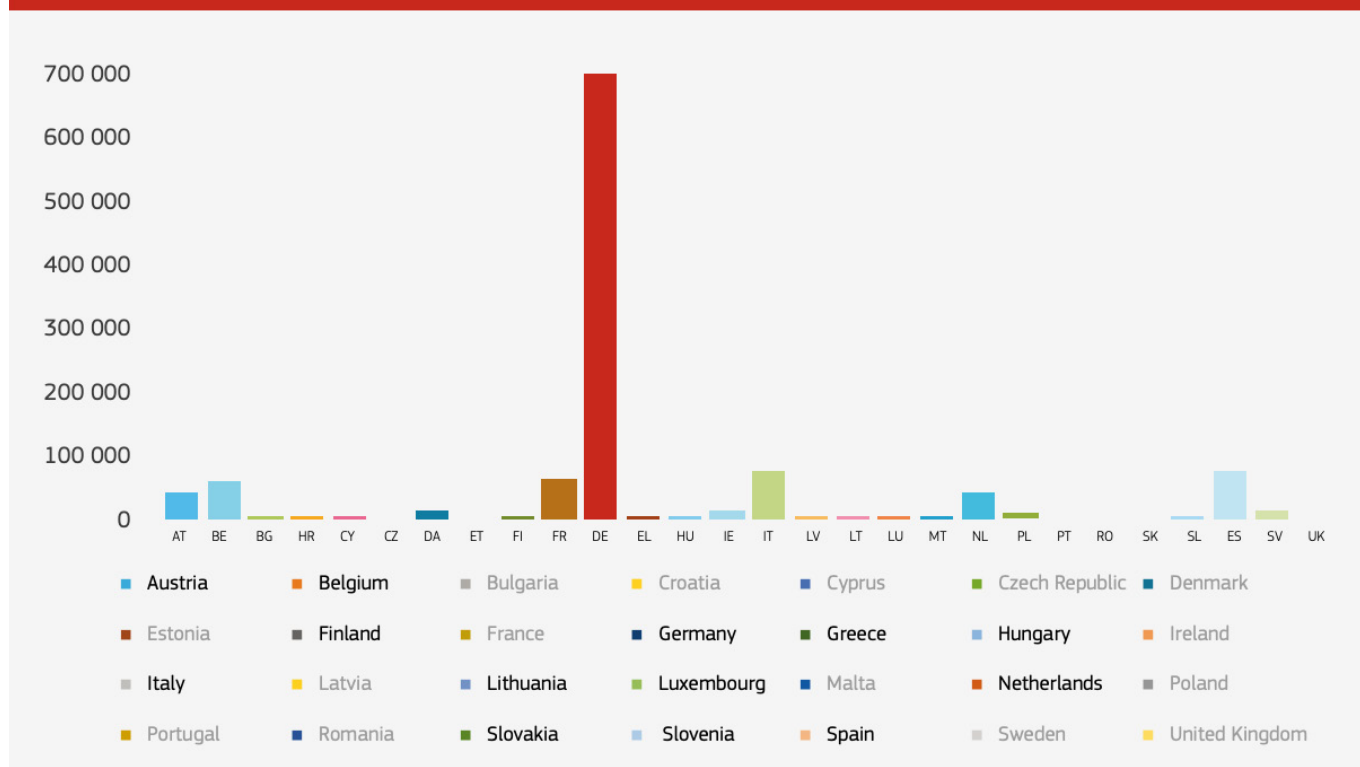
Embora, oficialmente, tivessem até 25 de janeiro de 2018 para recolher declarações de apoio, os organizadores conseguiram angariar 1 milhão de assinaturas no prazo de cinco meses e decidiram encerrar o período de recolha mais cedo, em 2 de julho de 2017. Além disso, esforçaram-se por obter rapidamente a certificação das assinaturas para que «a iniciativa pudesse ser apresentada antes de a Comissão tomar uma decisão sobre a manutenção da licença do glifosato».



IMPORTANTE:

A partir de 1 de janeiro de 2023, os organizadores só poderão utilizar o sistema central de recolha em linha.

Número de declarações de apoio (os países em que o limiar foi atingido estão assinalados a negrito)



Verificação e apresentação

Embora alguns países tenham concluído o processo de verificação mais tarde do que outros, a iniciativa foi apresentada em 6 de outubro de 2017, acompanhada de certificados que confirmavam a validade das 1 070 865 declarações de apoio.

3

Impacto da campanha da iniciativa «Proibição do glifosato»

Exame e decisão da Comissão

Os organizadores reuniram-se com a Comissão, representada pelo Primeiro Vice-Presidente Frans Timmermans, pelo Comissário Vytenis Andriukaitis e por altos funcionários dos vários serviços em questão, em 23 de outubro de 2017 (ver [comunicado de imprensa](#)). Em 20 de novembro, apresentaram a iniciativa numa [audição pública](#) no Parlamento Europeu.

Os organizadores escolheram «as pessoas mais bem informadas» para participar na reunião com a Comissão e seguiram a mesma estratégia para preparar a audiência pública, reunindo-se antes para decidir quais os aspetos que gostariam de sublinhar. Muitos deputados do Parlamento Europeu «mostraram-se extremamente solidários».

Na sua [Comunicação](#) de 12 de dezembro de 2017 (ver [comunicado de imprensa](#)), a Comissão chegou às seguintes conclusões:

- Não existem razões científicas que justifiquem a proibição do glifosato.
- A Comissão apresentará uma proposta legislativa para reforçar a transparência no âmbito da avaliação dos pesticidas e reforçar a qualidade e a independência dos estudos científicos que estão na base das avaliações efetuadas pela Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos (AESA).
- A aplicação da diretiva sobre a utilização sustentável dos pesticidas será revista.

Para mais informações sobre as medidas de seguimento, consulte o [sítio da iniciativa de cidadania europeia](#).



| Seguimento

Tanto o grupo de organizações da coligação como os apoiantes individuais foram informados por correio eletrónico dos resultados da campanha.

A coligação de organizações manteve-se ativa, inclusivamente depois de terem levado a cabo a iniciativa de cidadania europeia. Juntos, tentaram influenciar a legislação europeia no que respeita a um tema relacionado com o objeto desta iniciativa, designadamente a legislação alimentar geral. Após a aprovação desta lei, a atividade coordenada abrandou. Ainda assim, as listas de correio eletrónico continuam ativas e os organizadores continuam a estar em contacto com os seus apoiantes sobre questões relacionadas com a sua causa.

Os apoiantes individuais continuaram a ser importantes para a campanha, mesmo após a conclusão da iniciativa de cidadania europeia. Os organizadores explicaram que «os apoiantes representaram um poder crucial numa fase posterior», especialmente quando a legislação alimentar geral foi debatida no Parlamento Europeu.



Conselhos e sugestões para futuros organizadores

- Antes de lançar uma iniciativa, procure reunir um público em linha de centenas de milhares de pessoas com as quais possa contar para a recolha de assinaturas. O tempo passa a correr!
- Se não puder contar com um número considerável de apoiantes logo à partida aquando do lançamento da iniciativa, precisa de recolher cerca de 3000 novas assinaturas, em média, por dia ao longo do ano de que dispõe para recolher assinaturas.
- Assegure-se de que pode contar com um grande número de pessoas que possam começar logo a recolher assinaturas assim que a iniciativa for formalmente registada.
- A maior parte dos fundos veio dos parceiros mais fortes que promoviam a iniciativa. Incentive as organizações parceiras a angariar fundos para financiar as atividades durante a campanha.
- Acompanhe de perto os progressos realizados na recolha de assinaturas em cada país.
- A comunicação por correio eletrónico é muito importante para levar a cabo uma campanha.



Ensinaamentos retirados

- «Se a Comissão for relativamente favorável aos objetivos de uma iniciativa de cidadania europeia, esta pode ser uma ferramenta adequada, mas não é uma iniciativa bem sucedida que vai obrigar a Comissão a fazer algo que não queira fazer ou que não esteja em condições de fazer». No entanto, os organizadores também observam que pode sempre ser utilizada como uma forma de «definir uma agenda à escala europeia».
- Pode dizer-se que a iniciativa foi bem sucedida na medida em que os organizadores obtiveram um milhão de assinaturas, se reuniram com a Comissão, participaram numa audição pública no Parlamento Europeu e receberam uma resposta da Comissão que previa várias medidas de seguimento. No entanto, os organizadores consideram que a iniciativa não foi bem sucedida porque não alcançou os objetivos a que se propunham.
- Os organizadores declararam que o calendário é essencial para fazer a diferença num processo legislativo em curso e ter um maior impacto.